

ATA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA COMDEMA 24/05/2017

1
2
3 Aos vinte e quatro dias do mês de maio de dois mil e dezessete, nas dependências
4 da Sede da Ordem dos Advogados do Brasil – OAB, sito à Rua Doutor Leopoldo
5 Guimarães da Cunha, nº 510, às dezoito horas e quinze minutos, em segunda
6 chamada, deu-se início à reunião ordinária com a presença da presidente do
7 COMDEMA Caroline Schoenberger, Secretário Executivo COMDEMA/SMMA/PMPG
8 Paulo Eduardo Oliveira de Barros e os conselheiros Diego Silvério dos Santos, Paulo
9 Rogério Borszowski, Darcy Alberto Belinski, Evandro Kostycz, Jamile Salim,
10 Giovanna Paola Primor Ribas, Edilson Gorte, Ricardo Johansen, Vitor Moreira
11 Borsato, Hugo Q. Bagatim, Robson Carlos Klimionte, Isabele Futerko, Geraldo Luiz
12 Mikowski, Gustavo Ribas Netto, Affonso Weigert de Sa danha, Neymar de Meira
13 Albach, Elizabeth W. Scheffer e Daniel Poletto Tesser. Visitantes nesta reunião:
14 Ricardo A. Faria SMMA, Rubens G. dos Santos SMMA, Geraldo Kapp SMMA, Mario
15 Gans Técnico Ambiental, Henrique Simões Pontes GUPE, Vereador Sargento
16 Guirone, Mauricio Silva Secretário Municipal de Governo, Vereador Celso Cieslak,
17 A ceu Becker Sind. Rural, Luiz Eduardo P Rosas ACIPG, Vereador Magno Zanellato,
18 Suzete Napoli Chefe de Gabinete do Dr. Magno, Edmilson Schibelben Presidente da
19 OAB e Renato W. Oliveira. A presidente do COMDEMA, Sra. Caroline Schoemberg
20 iniciou a reunião esclarecendo que convocou a reunião extraordinária para que o
21 conselho possa discutir e se posicionar com a prefeitura sobre a proposta do aterro
22 da empresa Campos Gerais. Leu o conteúdo do ofício nº 17/2017, protocolado pelo
23 Vereador Celso Cieslak com prazo de resposta do solicitado até o dia 30/05/17. Ficou
24 acordado que o conselho vai responder o ofício, dizendo que o assunto do mesmo
25 vai ser discutido na próxima reunião ordinária que acontecerá dia 31/05/2017. Sobre
26 a discussão da proposta do novo aterro, disse que para acontecer a LP e qualquer
27 tipo de aceitação deste empreendimento, primeiramente é preciso ter o estudo do
28 impacto ambiental e acontecer uma audiência pública para análise, deve haver a
29 licitação para a contratação deste serviço público com planilha de custos,
30 manifestação da prefeitura sobre a coleta seletiva, qual vai ser o custo do transbordo
31 do chorume, o projeto do aterro (já foi disponibilizado), qual vai ser o destino do lixo
32 caso o IAP e o MP fecharem o botuquara e quanto vai custar para o município estas
33 ações. Com a palavra o secretário Paulo Barros que lembrou a situação atual do
34 aterro no botuquara e a possibilidade de uma nova destinação do RSU no município
35 e pediu apoio do conselho para que a PMPG faça uma dilação de prazo do TAC.
36 Explicou que é necessária a dilação de prazo do TAC para ser possível a realização do
37 processo de licitação do novo aterro com toda a transparência, legalidade e com
38 todos os estudos ambientais, sendo consideradas todas as informações
39 apresentadas pelo conselho para melhorar aspectos ambientais do projeto. Disse
40 ainda que as atividades do botuquara não podem ser encerradas no próximo dia 18,
41 porque tem o passivo ambiental no local de transbordo e que será realizada uma
42 obra para interligar a 5ª célula com a 2ª e 3ª célula para receber o lixo que está
43 depositado no chão e também a coleta diária do município. Replicou novamente o

44 pedido de apoio ao conselho, para a dilação do prazo de um ano do Termo de
45 Compromisso de Ajustamento de Conduta com o Ministério Público. O conselheiro
46 Gorte disse que depois do MP e do IAP concordarem com o depósito de lixo a céu
47 aberto sem nenhuma impermeabilização, eles não tem que vir se meter no aterro
48 do botuquara, mas se vierem, o conselho deve apoiar o posicionamento do Paulo,
49 porque se eles não permitirem a entrada de resíduos no aterro do botuquara, o
50 município vai ter que ir por outro caminho com um custo mais elevado, ou seja, o
51 triplo do que estamos pagando hoje. Replicou que, se houver manifestação por
52 parte do MP ou IAP, o conselho deve se posicionar a favor do município, pelo motivo
53 do MP e do IAP serem coniventes com a situação que o aterro se encontra hoje.
54 Disse novamente que órgãos competentes não poderiam ter permitido a atual
55 situação em que o aterro se encontra, sendo que a prefeitura está investindo 4
56 milhões para retornar o lixo que já deveria estar dentro de uma célula. Inclusive, em
57 2015, saiu dinheiro do FUNDAM sem autorização do COMDEMA, como emergência
58 para fazer a 5ª célula e foi realizado esta escavação somente em 2016 com a
59 alegação de que choveu muito. Disse que como produtor rural plantou, pulverizou e
60 colheu, entendendo que chuva não é desculpa. O secretário Paulo Barros esclareceu
61 que a PMPG tem a previsão de obra para conclusão da 5ª célula, que terá a
62 capacidade para receber todo o material que está na área de transbordo e também
63 a coleta diária de um ano dos resíduos da cidade. Disse que não seria coerente, uma
64 vez fechado o botuquara, termos esta obra pronta e levarmos lixo para outro
65 município, aumentando ainda mais o custo da destinação do lixo. O conselheiro
66 Gorte ressaltou que o fechamento do aterro do botuquara levaria o município a
67 decretar estado de emergência. O conselheiro Evandro disse que sua preocupação
68 é em relação aos números, porque toda vez que o conselho debate sobre o aterro,
69 os números variam muito. Hoje fala-se em 250.000 toneladas e na última reunião
70 era 190.000 toneladas. Disse que não tem transparência nos custos do aterro e que
71 deveria ter uma planilha atualizada para conhecimento do conselho. O secretário
72 Paulo Barros esclareceu que é aproximadamente 7.500 toneladas por mês, sendo
73 em média 250 toneladas por dia. O conselheiro Daniel disse que também sente falta
74 de números e na gestão anterior foi solicitado inúmeras vezes informações sobre o
75 custo, volume e condições do material que está entrando no aterro. Disse que
76 concorda com a fala do conselheiro Gorte e ressaltou que, antes de referendar esta
77 proposta, gostaria de ela fosse colocada de maneira mais substanciada,
78 esclarecendo o tempo, quantas toneladas, qual a capacidade volumétrica, qual o
79 local que vai ser ampliado, assim o conselho tem elementos para, no futuro, poder
80 cobrar. Salientou ainda que, desde 2012, o conselho está discutindo sobre este
81 problema e que somente agora está se caminhando para uma solução definitiva. O
82 secretário Paulo falou que a proposta é clara: o conselho apoiar por mais um ano a
83 dilação de prazo do TAC em vigência. Quanto aos números, é possível disponibilizar
84 as medições da quantidade de lixo que entra no aterro. Disse também que a
85 possibilidade de receber lixo por 2 anos, após o término das obras propostas no
86 aterro, é ponto fatídico. O objetivo principal de tudo isto é o encerramento do
87 botuquara. O pedido de dilação de 01 ano é para que se possa fazer todo o processo

88 licitatório do novo aterro e resolver o problema do passivo ambiental que existe no
89 botuquara. Disse que todas as informações estão no Plano Municipal de
90 Gerenciamento de Resíduos de 2013. O Conselheiro Dariel disse que estes dados
91 estão desatualizados. O secretário Paulo falou que neste momento é possível
92 informar qual será o tempo de duração após a ampliação da 5ª célula e qual o
93 volume que entra no aterro do botuquara. O conselheiro Daniel pediu os dados dos
94 últimos 04 anos, onde foi informado que a SMMA é fiscal do contrato da PGA há um
95 ano e dois meses. As informações deste período serão disponibilizadas ao conselho
96 e do período anterior é necessário pedir para a SMOSP. O conselheiro Hugo disse
97 que para o conselho deliberar sobre a dilatação do TAC é importante saber qual a
98 maneira que vai ser feita a disposição dos materiais, que segundo o Paulo Barros,
99 este material vai ser recolocado na nova célula. O conselheiro Hugo replicou que é
100 necessário a disponibilização do projeto de ampliação da 5ª célula, comprovando
101 que vai ter capacidade para mais um ano e que não vai mais ter a disposição de
102 resíduos a céu aberto. O secretário Paulo Barros explicou que o Plano Técnico
103 Operacional regulamenta a operação dentro botuquara. Hoje a grande dificuldade
104 dentro do aterro é a falta de argila. A conselheira Isabele perguntou como é feita a
105 dosagem deste material que entra no botuquara. Disse também que é importante
106 lembrar que o TAC foi assinada em 2015 sendo lastimável que a gestão anterior não
107 tomou nenhuma atitude concreta. O secretário Paulo Barros disse o aterro operou
108 até 2008 sem balança. A partir do contrato 189/2008, foi instalada uma balança e
109 tem fiscais da SMMA dentro do aterro. Esclareceu que das onze cláusulas do TAC,
110 algumas foram cumpridas integralmente e outras parcialmente. A coleta seletiva foi
111 uma das cláusulas que foi cumprida integralmente, onde vai ser relatado ao MP para
112 dar baixa nesta cláusula do TAC. Replicou novamente a ajuda do conselho para
113 prorrogar o TAC e se conseguir destinar corretamente os resíduos em um ano, é uma
114 vitória do conselho. O conselheiro Ricardo replicou a fala do conselheiro Evandro e
115 Daniel citando também o requerimento dos vereadores presentes e com o interesse
116 declarado de pedir a postergação do TAC, tudo isso está somando ao fato que todos
117 querem saber a realidade do aterro hoje: números reais dos resíduos e como está
118 sendo depositado no aterro, tendo um ano para corrigir todos estes fatores que hoje
119 levam a colocar 7.500 toneladas/mês de resíduos na disposição final. Disse ainda
120 que é fundamental para o conselho ficar fortalecido para pleitear esta solicitação e
121 conquistar a anuência do MP e do IAP. O secretário Paulo Barros disse que o estudo
122 gravimétrico (amostragem) é importante para poder diferenciar o setor que tem
123 mais resíduos orgânicos e recicláveis, a tomada de decisão de onde colocar ou
124 remanejar os PEV's e para fazer um reforço na coleta seletiva e feira verde. Disse
125 também que o plano municipal que foi revisado em 2013 deve ser atualizado. O
126 conselheiro Geraldo perguntou se já existe alguma negociação para a renovação do
127 TAC. O secretário Paulo Barros disse que já aconteceram algumas reuniões com o
128 MP e o principal argumento é que se cumpriu parcialmente o TAC. Por isso o apoio
129 do conselho é muito importante, porque vai dar ao município uma segunda chance.
130 Temos uma proposta concreta que é a contratação de aterro privado, onde deverá
131 ser feita uma licitação. Disse ainda que na região existem dois aterros em fase de

132 licenciamento. O conselheiro Diego disse que o problema do lixo é da cidade. Hoje
133 tem uma saída que, conforme estudos preliminares, apresenta-se viável, e o
134 conselho deve se posicionar favorável à dilação de prazo do TAC para ganhar tempo,
135 para discutir e achar a melhor solução para o destino final dos resíduos do município.
136 O conselheiro Daniel disse que o poder público tem a obrigação de buscar esta
137 solução e é nesse sentido que fica feliz porque o secretário Paulo está disposta a
138 conversar com o conselho. Disse que gostaria que fosse registrado no TAC a
139 necessidade da continuidade da coleta seletiva e dos estudos gravimétricos
140 atualizados para auxiliar na proposta de solução. Salientou ainda que, se o conselho
141 vai dar o voto de confiança, precisa também, ter este voto de confiança. A presidente
142 Caroline replicou a fala do conselheiro Daniel, dizendo que a gestão não cumpriu o
143 TAC e não sabemos o que vai ser construído no futuro. Disse ainda que foi expedido
144 muitos ofícios pelo conselho em relação ao aterro do botuquara e poucos foram
145 respondidos. O secretário Paulo Barros respondeu que teve o privilégio de escolher
146 as diretorias da SMMA e que as decisões tomadas são extremamente técnicas. Após
147 um mapeamento dos PEV's será feita uma melhor distribuição dos mesmos e com o
148 estudo gravimétrico serão implantados novos PEV's. A prioridade hoje é a coleta
149 seletiva que também envolve os catadores. O conselheiro Robson Klimionte disse
150 que é a primeira vez que a PMPG vem discutir tecnicamente com o conselho. Hoje o
151 problema real é o TAC. Perguntou quanto tempo é necessário até ser implantado o
152 novo aterro, desde que o MP aceite a dilação do prazo. O secretário Paulo Barros
153 disse que o prazo do AP para uma análise do licenciamento ambiental é de um ano.
154 Como este processo já está em trâmite é um prazo máximo, considerando também
155 o processo licitatório. Lembrou que a solução é para este momento. Daqui a sete
156 anos, se houver uma solução mais viável com outra tecnologia, vai ser aberto outro
157 processo licitatório. A presidente Caroline perguntou se vai existir um plano B caso
158 o município não consiga cumprir o prazo no tempo estabelecido. O secretário disse
159 que acredita no projeto do aterro privado, porque a empresa vai ser responsável
160 pelo passivo ambiental. O conselheiro Gorte replicou a fala do conselheiro Daniel,
161 onde deve ser reforçado a coleta seletiva no TAC, por não sabermos o dia de amanhã
162 e quando a licitação, pediu para repassar ao conselho o teor da mesma. O
163 conselheiro Evandro lembrou que o conselho decidiu que não seria mais aprovado
164 contas parciais do FUNDAM. Disse também que o processo licitatório é
165 imprescindível para o novo aterro. A presidente Caroline disse que para oficial
166 qualquer coisa sobre a aprovação das contas do FUNDAM é preciso a aprovação da
167 ata e assinatura dos conselheiros. O secretário Paulo Barros disse que se lograrmos
168 êxito no pleito, teremos duas concessionária operando no município. Um contrato
169 com a concessionária que faz a coleta do lixo regular e seletivo e outro contrato para
170 receber o resíduo proveniente da coleta. As concessionárias irão trabalhar dentro
171 daquilo que o município determinar, cada qual com o seu rol de serviços. Os
172 contratos não serão conflitantes. O conselheiro Daniel disse que a licitação deve
173 buscar uma contrapartida no contrato para diminuir a quantidade final dos resíduos
174 dispostos no aterro. A presidente Caroline sugeriu a formação de uma comissão para
175 acompanhar a licitação, edital e contrato. O conselheiro Ricardo disse que a sua



176 preocupação é superar a problemática do TAC perante o Ministério Público. Pelas
177 implicações que podem ocorrer é oportuno dois anos, onde devem ser impostas
178 metas para ser cumpridas e uma proposta onde deve ocorrer o incentivo na redução
179 do lixo. Se não acontecer isso, não vai ter aterro que de conta do lixo. Tudo isso deve
180 estar neste documento que vai para o MP, enfatizando que gostaria de participar
181 desta reunião. O secretário Paulo Barros falou que deve melhorar os objetivos e
182 metas, mapeando o que vai para as associações, com uma estimativa real e com o
183 controle de entrada e saída. O conselheiro Gustavo disse que existe a necessidade
184 de alterar o contrato atual, pagando mais para o reciclável. A presidente Caroline
185 pediu para montar a comissão para fazer um documento para enviar ao MP em
186 relação ao TAC. Levou para votação se o conselho apoia ou não, o pedido de dilação
187 do TAC. O conselheiro Hugo disse que o conselho não pode apoiar uma proposta em
188 branco. O conselheiro Daniel disse que a pré disposição de apoiar existe. O apoio vai
189 depender do que vai estar proposto neste documento. A presidente Caroline disse
190 que vai solicitar à SMMA para formalizar um documento solicitando o apoio ao
191 conselho. O Conselheiro Gorte disse que o conselho apoia a dilação de prazo desde
192 que se seja incluído tudo o que foi discutido e observado nesta reunião e vai estar
193 escrito em ata: que se mantenha a reciclagem, que aumente a coleta seletiva e que
194 a educação ambiental se mantenha. O secretário Paulo Barros disse que está
195 elaborando um relatório ao MP solicitando a dilação de prazo. Uma vez sinalizado
196 pelo conselho que ele vê com bons olhos a dilação de prazo, o MP pode chegar ao
197 conselho e perguntar o que ele quer que coloque neste TAC. O documento quem vai
198 assinar é o prefeito. Disse ainda que a prefeitura está se antecipando ao processo.
199 A presidente Caroline pediu para o conselho votar a pré disposição do COMDEMA
200 em apoiar o pedido da PMPG ao MP sobre a dilação do prazo do TAC por até 2 anos,
201 desde que sejam cumpridas todas condicionantes discutidas na reunião do conselho,
202 estabelecidas através de objetivos e metas. Antes de abrir a votação, o conselheiro
203 Ricardo sugeriu enviar um ofício em paralelo informando ao IAP. A votação foi
204 nominal onde quinze conselheiros votaram "sim": Diego, Paulo Rogério, Darcy,
205 Evandro, Jamile, Edilson, Ricardo, Hugo, Isabele, Geraldo, Afonso, Paulo Eduardo,
206 Elizabeth, Daniel e Giovanna. Em seguida foi colocada em votação nominal a
207 formação de uma comissão para elaboração e acompanhamento do relatório do
208 conselho para a realização do TAC e visitas ao Ministério Público. O secretário Paulo
209 destacou que é para a proposta do conselho. A comissão ficou formada pelos
210 conselheiros Diego, Ricardo, Evandro, Robson e Geraldo. O secretário Paulo pediu
211 para que a comissão encaminhe à SMMA uma relação dos materiais necessários
212 para a elaboração deste documento. Depois agradeceu o apoio do conselho, dizendo
213 que a missão de todos é encerrar o aterro do botuquara, melhorar a coleta seletiva
214 e depois de um processo licitatório, definir o novo local. A presidente Caroline disse
215 que, apesar da pauta ser o novo aterro, o que foi discutido sobre o TAC foi mais
216 proveitoso e deu um passo inicial em relação a isso, e que vamos aguardar o relatório
217 da prefeitura. Deixou a palavra aberta, onde o Vereador Celso Cieslak disse que a
218 SMMA ao decidir pela pedreira, está beneficiando uma única empresa. Disse que é
219 preciso uma licitação para ter o melhor preço para os municípios. O Sr. Pilatti

220 lembrou que no início da gestão do prefeito Marcelo, a primeira viagem
221 internacional foi realizada para ver a questão do lixo, onde ele viajou acompanhado
222 do secretário João Ney para a Europa dizendo que traria uma nova tecnologia para
223 o município. Disse também que os vereadores se posicionaram nos jornais locais
224 por um tratamento mais adequado. Perguntou ao secretário Paulo Barros qual o
225 impeditivo da usina. O secretário Paulo Barros disse que a usina de lixo depende de
226 uma tecnologia nova e tem muita resistência. Tecnicamente existe duas
227 alternativas: a incineração que tem restrições legais no estado do Paraná e a outra
228 é uma tecnologia muito nova que requer um pré-tratamento, que é a gaseificação.
229 Desconhece o uso desta tecnologia no Brasil. O Sr. Henrique lembrou que o conselho
230 já se posicionou contra a implantação de qualquer tecnologia para instalação de uma
231 usina no município. Deixou registrado que a reunião fugiu da pauta e que o conselho
232 não deve se posicionar a respeito da TAC e que o prefeito e a equipe anterior deve
233 ser responsabilizado pelo não cumprimento do TAC. A presidente Caroline colocou
234 que foi tratado no começo da reunião, que por ser uma reunião extraordinária,
235 somente os conselheiros iriam se pronunciar e disse também que achou pertinente
236 falar sobre o TAC, porque não resolveria discutir sobre a empresa Campos Gerais
237 deixando para trás o assunto do TAC. Apesar de não estar escrito na pauta a palavra
238 TAC, entende que um assunto entrelaça o outro. Pede desculpas de não ter falado
239 antes. O secretário Mauricio Silva da SMG disse que o MP também fica
240 desconfortável e se não for renovado o TAC se instalará o caos no município com
241 toda esta situação. Destacou a importância do conselho em acompanhar e apoiar
242 todo o processo. A conselheira Giovanna esclareceu que o MP não tem o poder de
243 embargar o aterro. O MP pode entrar com uma ação, solicitando ao Judiciário. O não
244 cumprimento da TAC vai gerar multa diária de R\$ 1.000,00 que é a penalidade que
245 está prevista. O Dr. Edmilson, presidente da OAB, disse que a OAB protocolou três
246 denúncias junto ao Ministério Público: prorrogação do contrato da PGA, onde foi
247 embutindo objeto novo, violando a lei da administração pública e da licitação, o que
248 é extremamente ilegal. A segunda denúncia foi a não utilização das contas do
249 FUNDAM naquilo que é determinado por lei, onde houve desvio da finalidade,
250 cabendo responsabilidade pessoal do prefeito e de quem autorizou a despesa. A
251 terceira denúncia foi em relação ao aterro do botuquara. Segundo a OAB, o TAC foi
252 feito para se cumprir em 02 anos. Como não foi cumprido feriu o princípio da
253 eficiência. Questionou a gestão anterior, chamando-a de burra, sem capacidade
254 para cumprir o compromisso. Afirmou que a situação emergência foi programada.
255 Disse ainda que a Ordem e o COMDEMA não podem consentir com toda esta
256 irresponsabilidade do poder público e quem vai ser penalizado civil e penalmente é
257 o prefeito e sua administração. A reunião foi encerrada às 20h27min. Ata transcrita
258 por Vera Lucia Rudek.

259
260 
CAROLINE SCHOEMBERG

261 Presidente COMDEMA


PAULO EDUARDO OLIVEIRA DE BARROS

Secretário Executivo/PMPG/SMMA